

‘Tibério’, do *Pantanal*, grava vídeo destacando a importância de participar do Mutirão “Direito a Ter Pai”

Iniciativa da Defensoria de Minas acontece em 62 unidades. Inscrições vão até 30 de setembro



[Clique aqui para ver o vídeo](#)

A divulgação do Mutirão “Direito a Ter Pai”, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), ganhou um reforço mais do que especial. O músico e ator Guito, que interpreta o Tibério na novela *Pantanal*, gravou um vídeo sobre a iniciativa. Na mensagem, Guito ressalta a importância do pai na criação de uma criança e faz um convite a todas e todos: “Vamos fomentar uma educação melhor para as crianças da próxima geração, que são quem vai cuidar da gente no futuro”.

[SAIBA + SOBRE O MUTIRÃO NA PÁG. 3](#)

Novas defensoras e defensores públicos de Minas Gerais iniciam curso preparatório para a carreira

[PÁGINA 2](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG promove audiências de reconhecimento de união estável e guarda de filhos em aldeias indígenas no Vale do Mucuri

Mutirão atendeu Maxakalis com a participação da Unidade Teófilo Otoni, órgãos de Justiça locais e Funai



Defensoria Pública de Minas em Teófilo Otoni durante mobilização em aldeias Maxakalis: 52 audiências

[PÁGINA 4](#)

Audiência pública na Defensoria de Minas Gerais discute reparação justa para filhos separados de seus pais com hanseníase

Participantes relataram suas experiências e violências sofridas com a política de segregação imposta



A audiência foi conduzida pela defensora pública Ana Cláudia Storch e o defensor público Paulo Cesar Azevedo

[PÁGINAS 4 e 5](#)

NESTA EDIÇÃO

- > Institucional [PÁGINA 2](#)
- > Mundo oficial [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque • Deu na mídia [PÁG. 3, 4 e 5](#)
- > Escola Superior [PÁGINA 6](#)

- > Coordenadoria de Estágio [PÁGINA 6](#)
- > Inspirando novas atitudes [PÁGINA 7](#)
- > Inscrições Casamentos Comunitários [PÁGINA 7](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 8 e 9](#)

INSTITUCIONAL

Novas defensoras e defensores públicos de Minas Gerais iniciam curso preparatório para a carreira

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) deu início, na segunda-feira (29/8), ao 14º Curso de Orientação, Aperfeiçoamento e Preparação para as Atividades do Cargo da nona turma das defensoras e defensores públicos em estágio probatório, aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição. Os novos membros e membras foram empossados no dia 26 de agosto. O curso, que segue até o dia 16 de dezembro, é promovido por meio da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG).

Ao abrir a capacitação, a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, deu as boas-vindas aos novos colegas e apresentou as defensoras e defensores públicos-auxiliares que integram as assessorias Institucional e Jurídico-Institucional da Defensoria-Geral. Raquel da Costa Dias fez uma análise da situação político-institucional da Defensoria mineira, fornecendo um breve panorama do contexto atual e do fortalecimento da Instituição nos últimos anos. A defensora-geral ressaltou a credibilidade institucional decorrente do trabalho realizado pelas defensoras e defensores públicos e reafirmou o propósito de crescimento de forma enxuta, racional e com planejamento.

Também presente na abertura, o corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira destacou o viés prático do curso e o enfoque orientativo da Corregedoria-Geral da DPMG. Na sequência, foram feitas as apresentações das Assessorias Jurídico-Institucional e Institucional, além da chefia de Gabinete e da Esdep. A capacitação continuou na parte da tarde com apresentações da Subdefensoria Pública-Geral; das assessorias de Planejamento e Infraestrutura, de Administração Estratégica e Inovação; e da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias.

A programação inclui, ao longo do curso, apresentações da Corregedoria-Geral, Conselho Superior, defensoras e defensores públicos orientadores, Superintendências, Associação de Classe, das assessorias de Comunicação e Militar da Defensoria de Minas, além de representantes de outras instituições, como Poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil. O curso contempla também temas e aspectos técnicos, como atuação no júri, processos eletrônicos, entre outros, além de práticas supervisionadas.

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral Raquel da Costa Dias e o corregedor-geral Galeno Siqueira na abertura do 14º Curso de Orientação



A defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira, chefe de Gabinete, durante sua apresentação

MUNDO OFICIAL

Defensora-geral participa de solenidade de 111 anos do Corpo de Bombeiros

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, representou a Instituição na cerimônia de aniversário de 111 anos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. A solenidade aconteceu na quarta-feira (31/8), na Academia de Bombeiros Militar, no Complexo Pampulha. A cerimônia foi presidida pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Edgard Estevo da Silva.

AÇÕES EM DESTAQUE

Inscrições para o Mutirão ‘Direito a Ter Pai 2022’ da Defensoria Pública vão até o dia 30 com participação recorde

Além de Belo Horizonte, 61 unidades do interior participam da edição deste ano

Quem quiser participar do mutirão de reconhecimento de paternidade/maternidade da DPMG tem até o dia 30 de setembro para se inscrever. Nesta edição, 62 unidades da Defensoria Pública em todo o estado estão oferecendo o serviço que contempla reconhecimento espontâneo e exames de DNA. O número de participação de unidades é recorde. Tudo feito de forma gratuita e amigável.

O Mutirão “Direito a Ter Pai” de 2022 será realizado de forma presencial e simultânea, nas sedes das unidades participantes, no dia 7 de outubro.

No link abaixo, saiba como se inscrever e veja em quais cidades o Mutirão será realizado.

[Leia na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA



Inscrições para o Mutirão “Direito a Ter Pai” da DPMG está repercutindo no estado
Confira nos links abaixo

[TV Globo/Bom Dia Minas](#)

[TV Band Minas – Jornal](#)

[TV Band Minas – Brasil Urgente](#)

[Rádio Itatiaia 1](#)

[Rádio Itatiaia 2](#)

[Estado de Minas](#)

[Hoje em Dia](#)

[O Tempo](#)

[Portal BHAZ](#)

[Araguari – Gazeta do Triângulo](#)

[Barbacena – Rádio 93 FM](#)

[Conselheiro Lafaiete – Correio da Cidade](#)

[Guaxupé – Portal da Cidade](#)

[Ipatinga – Diário do Aço](#)

[Juiz de Fora – TV Integração/Globo](#)

[Lavras – Portal Lavras 24 Horas](#)

[Montes Claros – O Norte](#)

[Poços de Caldas – Portal Alô Poços](#)

[Santos Dumont – Portal 14B](#)

[São João del-Rei – Portal +Vertentes](#)

[Sete Lagoas – Portal Setelagoas.com.br](#)

[Uberaba – TV Integração/Globo](#)

[Uberlândia – TV Integração/Globo](#)

[Varginha – EPTV/Globo](#)

[Viçosa – Folha da Mata](#)

[Curvelo, Janaúba, Janaúria, Montes Claros e Pirapora – g1/Grande Minas](#)

[Caratinga, Gov. Valadares, Ipatinga, Novo Cruzeiro e Teófilo Otoni – g1/Vales de Minas Gerais](#)

[Divinópolis, Pará de Minas, Itaúna, Arcos, Pitangui e Santo Antônio do Monte – g1/Centro-Oeste](#)

[Zona da Mata e Vertentes – Portal AR1 Notícias](#)

[Portal Vertente das Gerais](#)

[Triângulo – Portal Regionalzão](#)

[Veja aqui outros destaques](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG promove audiências de reconhecimento de união estável e guarda de filhos em aldeia indígena no Vale do Mucuri

Um grande mutirão, realizado nos dias 20 e 21 de agosto, com a participação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), órgãos da Justiça e a Fundação Nacional do Índio (Funai), possibilitou a realização de 52 audiências de reconhecimento de união estável e guarda de filhos nas aldeias de Água Boa, em Santa Helena de Minas, e Pradinho, em Bertópolis, ambas localizadas no Vale do Mucuri.

A mobilização integrada permitiu a geração de documentos que não faziam parte do cotidiano indígena e, por meio deles, a possibilidade de formalização de uniões estáveis entre casais, condição que permitirá às partes a segurança jurídica em suas relações e o recebimento de pensões do Poder Executivo – prevista na Constituição Federal de 1988 – para o caso de eventual morte de um dos companheiros. O mutirão trouxe benefícios diretos para centenas de indígenas, que também aproveitaram as audiências cíveis para formalizar a guarda de crianças.



A partir da esquerda: o defensor público Ubirajara Chaves de Moura; o juiz e o promotor de Águas Formosas, Matheus Moura Matias Miranda e Felipe Marques Salgado; o juiz cooperador de Jequitinhonha, Luiz Ricardo Alves Tavares; a defensora e o defensor público Isadora Vieira Amorim Santos e Pedro Henrique Fernandes Antunes; e o servidor da DPMG, Pércles Ganem Rodrigues

A iniciativa, focada no atendimento aos Makalalis, um dos povos indígenas mais antigos do País, contou com a participação da defensora pública Isadora Vieira Amorim Santos e dos defensores públicos Ubirajara Chaves de Moura Júnior e Pedro Henrique Fernandes Antunes.

“Os órgãos do Sistema de Justiça local – TJMG, TRE-MG, MPMG, DPMG e PCMG –, em atuação cooperativa e coordenada, identificaram situações de gravidade jurídica, decorrentes da ausência sistemática do Estado, e buscaram facilitar o acesso à justiça. A questão do reconhecimento das uniões estáveis, nesse contexto, surgiu como demanda natural”, comentou a defensora Isadora Vieira.



Atuação da DPMG nas comunidades indígenas – A Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), da DPMG, atua com conflitos fundiários por todo Estado, em razão da sua atuação também na vara agrária.

No link abaixo, saiba mais sobre o mutirão nas aldeias e conheça outras atuações na Defensoria em favor de comunidades indígenas.

[Leia na íntegra](#)

Audiência pública na Defensoria de Minas discute reparação justa para filhos separados de seus pais com hanseníase

Filhas e filhos de pacientes com hanseníase separados de seus pais e submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais par-

ticiparam de audiência pública promovida pela Defensoria Pública do Estado. O encontro aconteceu na quarta-feira (24/8). Colher as reivindicações dos participantes e identificar como a Defensoria pode atuar para prestar apoio e para buscar uma reparação justa para os afetados foram os principais objetivos da reunião.

A audiência foi conduzida pela defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) e tem acompanhado a demanda, e também pelo defensor público Paulo Cesar Azevedo, à frente da Coordenadoria Estratégica em Tutela Coletiva (CETUC).

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



Os participantes lotaram o auditório da DPMG

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE

Audiência pública na Defensoria de Minas discute reparação justa para filhos separados de seus pais com hanseníase

continuação >>

Entenda – No início do século XX, Minas Gerais criou quatro colônias para isolamento forçado dos doentes com hanseníase: em Bambuí (Centro-Oeste), Ubá (Zona da Mata), Betim (Região Metropolitana da capital) e Três Corações (Sul de Minas). Muitos dos filhos desses hansenianos foram separados dos pais e sofreram com o preconceito, perda do convívio familiar e até violências em “educandários” públicos, praticadas por servidores do Estado.

Em 2018, a Lei nº 23.137 deu aos filhos dos hansenianos o direito à indenização, condicionado a processo administrativo. Porém, a proposta inicial de uma pensão vitalícia foi alterada para uma inde-

nização em pagamento único, sem estipular valor para reparação. Além disso, foram acrescentadas cláusulas excludentes, como a eliminação do direito à indenização quanto aos filhos que atualmente têm renda superior a quatro salários mínimos.

Em março de 2021, o Governo do Estado iniciou o pagamento das indenizações. De acordo com Donizete Custódio Rodrigues, membro e líder do movimento, cerca de 880 das pessoas cadastradas receberam e 3.450 filhas e filhos não aceitaram o valor proposto. Diversos participantes da audiência relataram suas experiências e violências sofridas com a política de segregação imposta.

[Leia na íntegra](#)



Além da defensora e do defensor público, a mesa da audiência contou com os representantes do Morhan, Donizete Custódio Rodrigues e Eny Carajá Filho, e do assessor parlamentar Rodrigo Ribeiro, representando o deputado estadual Cristiano Silveira



Antes da audiência, participantes mostraram cartazes, expressando suas reivindicações

Relatório final da pesquisa sobre o acolhimento compulsório de bebês é lançado em Belo Horizonte

A defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, assessora institucional de Coordenação Estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CEDEDICA, participou do lançamento do relatório de pesquisa sobre mulheres usuárias de droga, desenvolvido com o apoio da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). O evento ocorreu na quarta-feira (31/8), na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

O relatório, denominado “Condições para o exercício de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres usuárias de drogas em Belo Horizonte”,

resulta de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022, pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da UFMG e com a Frente Mineira Drogas e Direitos Humanos, além de cooperação técnica com a Defensoria Pública dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível, da DPMG, em Belo Horizonte.

A pesquisa consistiu na análise pormenorizada de processos judiciais instaurados entre 2013 e 2019 que envolveram o acolhimento institucional de bebês direto das maternidades públicas, bem como a escuta das mulheres que viveram esta violência institucional. Uma das conclusões mais importantes é que em menos de 15% dos casos analisados houve fundamentação concreta das decisões acerca das causas legais e dos fatos que justificariam a separação de mãe e bebê.

Durante a sua fala, a defensora pública lembrou o cenário que motivou a pesquisa e que espera que as suas conclusões possam auxiliar aos atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes de Belo Horizonte a olhar com mais cuidado para as famílias em situações de vulnerabilidade.



A defensora pública Daniele Bellettato (3ª da esq. para a dir.) participou no lançamento do estudo na UFMG

[Leia o relatório](#)

ESCOLA SUPERIOR • INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Palestra promovida pela Esdep-MG discute aspectos práticos da ‘PEC da Relevância’. Veja na íntegra no canal da DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), promoveu na quarta-feira (31/8), via plataforma Microsoft Teams e transmitida pelo canal da Instituição no YouTube (c/defensoriamineira), a palestra sobre a Proposta de Emenda à Constituição 39/2021, com o tema: “PEC da Relevância: uma perspectiva prática das alterações no Recurso Especial”.

Participaram as defensoras públicas Neusa Guilhermina Lara, coordenadora da Esdep-MG, que fez a apresentação; Adriana Patrícia Campos Pereira, coordenadora do Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores, em Brasília; e o de-



defensor público Flávio Wandeck, também do Núcleo e integrante do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets).

O palestrante foi o mestre em Direito Processual Civil, Fabiano Tesolin, que também é instrutor interno do Centro de Formação e Gestão Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça (CEFOR/STJ), membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e assessor de gabinete do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Fabiano fez uma abordagem do tema sob a perspectiva prática das alterações no Recurso Especial, apresentou dados acerca dos processos de 1º julgamento de 2008 a 2021, também discorreu sobre a relevância da questão de direito federal infraconstitucional.

Foram abordadas ainda a função constitucional do STJ, a necessidade de legislação sobre a relevância do direito federal e repercussão geral, assim como as perspectivas de caráter prático no Recurso Especial.

[Acesse o vídeo da palestra na íntegra](#)

COORDENADORIA DE ESTÁGIO E ÁREA CÍVEL/BH

Estagiárias e estagiários da Sede III recebem orientações sobre o SAP

Estagiárias e estagiários de graduação e pós-graduação de Direito receberam, na sexta-feira (2/9), orientações sobre o Serviço de Atendimento Processual (SAP) na área Cível da Sede III da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em Belo Horizonte. O objetivo da reunião foi informar sobre os procedimentos deste serviço, prestado às assistidas e assistidos da DPMG. Ao total, 41 estagiárias e estagiários participaram do encontro.

Os procedimentos foram explicados pela coordenadora de Estágio e Serviço Voluntário da DPMG, defensora pública Neusa Guilhermina Lara; pela coordenadora da área Cível da capital,

defensora pública Paula Regina Fonte Boa Pinto; e pela supervisora do atendimento da área Cível, Bruna Melo Silva.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Escola Superior promove 2º encontro do seminário “Autismo”



A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio de sua Escola Superior, promove o Seminário “Autismo: Educar para Incluir”. O primeiro encontro, que aconteceu no dia 27 de agosto, se desenrolou acerca da efetivação da educação de qualidade da criança e do adolescente com autismo.

[Veja a matéria e assista o vídeo na íntegra](#)

Os próximos encontros acontecerão nos dias 17 de setembro e 1º de outubro de 2022, de 9h às 12h, presencialmente no auditório da sede, em Belo Horizonte, e com transmissão ao vivo pelo Youtube.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública aborda o enfrentamento à violência contra a mulher e dá orientações em palestra na CDL-BH

A defensora pública Ana Flávia Freitas, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência em Belo Horizonte (Nudem-BH), participou na sexta-feira (26/8) do “Construindo saber”, ciclo de palestras realizado pela CDL/BH. Convidada a falar sobre o enfrentamento à violência doméstica, a defensora pública iniciou sua fala sobre a história



e a importância da Lei Maria da Penha. Durante a sua apresentação, Ana Flávia mostrou números da violência contra a mulher e deu orientações sobre o que fazer nesses casos, ressaltando a necessidade de a mulher conhecer e lutar pelos seus direitos.

Segundo a defensora, é oportuno traçar estratégias de acolhimento ao perceber que uma mulher sofre qualquer tipo de violência, apontando a relevância de uma rede de apoio.

Ana Flávia também detalhou como se dá o ciclo de violência. Por último, destacou que a denúncia não deve ser feita apenas quando a agressão deixa marcas no corpo: “Muitas mulheres acham que só devem procurar ajuda quando o corpo dela apresenta marcas; o que, na verdade, é direito da mulher pedir medida protetiva em qualquer violência sofrida”, pontuou.

INSCRIÇÕES

Inscrições para Casamento Comunitário em Pedro Leopoldo e Vespasiano

Casais residentes em **Pedro Leopoldo**, Região Metropolitana de Belo Horizonte, e que sonham se casar, mas não têm condições de arcar com as taxas dos cartórios, podem procurar a unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais **até o dia 9 de setembro**. Serão oferecidas vagas para 30 casais. A cerimônia será realizada no dia 16 de novembro, em local a definir. O evento dá oportunidade aos casais de baixa renda de legalizarem sua situação civil, com isenção de taxas e emolumentos, e realizarem o sonho do grande dia: a cerimônia nupcial.

Endereço na DPMG – Pedro Leopoldo:
Rua Benedito Valadares, nº 188 – 6º andar, Centro.

As inscrições para o Casamento Comunitário em **Vespasiano** estão abertas **até o dia 16 de setembro**. Serão oferecidas vagas para 50 casais. A cerimônia será realizada no dia 22 de outubro, em local a definir. A Defensoria Pública – unidade de Vespasiano e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) se organizaram para receber os interessados em participar.

A DPMG de Vespasiano, localizada na rua Nazinha Conrado Silva, nº517 – Centro, receberá as inscrições do casamento que não sejam conversão em união estável, encaminhando os casais ao Cartório de Registro Civil para a habilitação.

[Veja aqui mais informações](#)

[Aqui, mais informações para Vespasiano](#)

